CDS-PP
Grupo Parlamentar

N.º: Gp1291-X
Proc.º: 30.06.01.35
25.05.20
Data: 10.05.2016

Assunto: Debate de Urgência – Apoios sociais aos alunos com necessidades especiais e saúde em meio escolar

Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente e membros do Governo,

O CDS entendeu promover este debate de urgência sobre apoios sociais aos alunos com necessidades educativas especiais e saúde em meio escolar, por ter chegado ao nosso conhecimento denúncias que parecem configurar situações, no mínimo, duvidosas e que devem requerer a nossa atenção e obter esclarecimentos perante a tutela da educação, segurança social e saúde, já que a problemática é transversal, pelo menos, a estas 3 áreas da governação regional.

E vamos abordar neste debate dois aspectos que actualmente mais nos preocupam:

1. **Subsídio especial de educação;**
2. **Rastreios, ou melhor dito, pseudo-rastreios de saúde em meio escolar.**

Em primeiro lugar é fundamental realçar e deixar bem claro que, acima de tudo, importa garantir o acesso dos utentes aos necessários apoios e tratamentos sempre que deles necessitem, garantir a segurança desses tratamentos, que devem obedecer aos princípios e normas éticas e deontológicas.

Em segundo lugar esclarecer como se faz a referenciação dos alunos/utentes para as entidades privadas prestadoras de serviços de saúde e como são feitos os chamados rastreios nos estabelecimentos de ensino da Região.

Relativamente ao subsídio especial de educação que é atribuído nos termos do DR 14/81, de 7 de Abril, e do DR 19/98, de 14 de Agosto, o n.º 1 do art.º 2.º refere: "*conferem direito ao subsídio as crianças e jovens de idade não superior a 24 anos que possuam comprovada redução permanente de capacidade física, motora, orgânica, sensorial ou intelectual, e que a seguir se designam apenas por deficientes, desde que cumpram o estipulado*" nas alíneas a), b), c) e d) do referido artigo.

Especificamente, a alínea c) do n. 1 do referido artigo, refere: "*sejam portadores de deficiência que embora não exigindo por si ensino especial, requeiram apoio individual por professor especializado*".

Ora, o que se está a verificar nos Açores, quer em São Miguel, como na Terceira e também no Faial, é que os utentes chegam à escola, com um impresso do Instituto de Segurança Social dos Açores, estipulando o tipo de tratamentos a nível psicológico, de terapia da fala e de saúde mental a que devem ser sujeitos, assinado por uma entidade de saúde privada, num processo de seleção pouco claro e que o Governo Regional já devia ter percebido e esclarecido como funciona…

E é isso que queremos esclarecer aqui hoje!

Assim, pergunta-se:

1. **Quantos alunos já foram tratados por estas entidades privadas?**
2. **Quantas e quais são as empresas privadas prestadoras deste tipo de serviços que recebem estes apoios da Segurança Social?**
3. **Quanto é que a Segurança Social pagou a estas empresas?**

4. **Tem ou não as escolas professores especializados em educação especial em número suficiente para as necessidades identificadas?**
5. **Tem ou não as escolas da rede pública apoio de psicólogos e terapeutas da fala?**
6. **Porque não são estes alunos sinalizados pela escola?**
7. **Porque não são, em primeiro lugar, encaminhados para o Serviço Regional de Saúde?**
8. **Todos esses alunos, que são tratados nestas entidades privadas, são portadores de todos os tipos de deficiência referidos no Decreto Regulamentar n.º 14/81?**

   (É que segundo informações que nos chegam, nem todos são portadores de deficiência, mas são tratados ao abrigo desta legislação…)
9. **A Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social tem conhecimento disto? Confirma isto?**
10. **Também lhe pergunto: corresponde à verdade o facto da Segurança Social transferir o pagamento das consultas e tratamentos, diretamente para o NIB indicado por estas clínicas privadas?**
11. **E o Secretário Regional da Educação o que tem a dizer sobre isto?**
12. **E o Secretário da Saúde?**

13. E quais os resultados/avaliação do trabalho realizado, no sentido de colmatar as necessidades educativas especiais das crianças sinalizadas?

A ser assim, estaremos perante graves problemas estruturais do nosso sistema educativo em que a educação especial e os técnicos do serviço público não conseguem dar resposta aos alunos com necessidades educativas especiais…

Estaremos perante a falência total do Serviço Regional de Saúde que não consegue dar resposta às escolas que o solicitam… ou será que não solicitam?

Estaremos, portanto, muito longe de uma escola inclusiva e ainda mais distantes de um bom Serviço Regional de Saúde que nem aos mais necessitados tem capacidade de dar resposta…

Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Relativamente aos rastreios de saúde nas escolas assistimos incrédulos à passividade da tutela (ou quiçá à cumplicidade da tutela?), que permite que, em escolas públicas, diversos profissionais e entidades privadas de saúde façam pseudo-rastreios sem cumprirem as regras aplicáveis e selecionando alunos que depois encaminham para a sua clínica privada…

Isto passa-se em diversas escolas e em diversas especialidades…

A tutela não tem conhecimento destes factos?

Vive fechada numa redoma?

E permite este tipo de "mercenarização" da saúde?

O que se está a passar no sistema educativo regional, no Serviço Regional de Saúde e na Segurança Social?

Ninguém do Governo vê, o que toda a sociedade vê?

Isto não preocupa o Sr. Presidente do Governo, as Senhoras e Senhores Secretários Regionais?

Não acham estranho que, na nossa Região, o número de alunos portadores de deficiência aumentou substancialmente? Foi milagre de Roque Santeiro?

Já no último plenário aqui alertei para algumas destas situações.

Da parte do Governo Regional, até hoje, o silêncio!

Da parte da clínica privada a ameaça imediata na tentativa de silenciar um deputado que ouve e dá voz a quem o elegeu!

Mas devo dizer que me preocupou muito mais o silêncio do Governo que a ameaça velada de quem vê o seu negócio afectado…

É que estamos perante uma situação grave… uma situação que afecta a vida e a saúde das nossas crianças e a isso o CDS não fica indiferente…

Por isso volto ao assunto…

O Deputado Regional

Artur Lima